

# MINI-DICIONÁRIO DA AUTONOMIA DOS AÇORES\*

por  
MÁRIO MESQUITA\*

Este mini-dicionário histórico-político da autonomia dos Açores, constituído por dezasseis entradas, limita-se a sugerir ao leitor algumas pistas interpretativas acerca do (re)surgimento da questão açoriana, após o 25 de Abril. O desconhecimento do passado histórico do arquipélago, censurado ao longo do salazarismo, é responsável por muitas análises desfocadas da realidade política insular.

## 1. AÇORIANIDADE

A expressão é de Vitorino Nemésio que a utilizou, pela primeira vez, em 1932, num artigo publicado na revista *Insula* (n.º 718), de Ponta Delgada. «Para nós outros, ilhéus natos, contumazes, açorianidade é o nosso modo de afirmação no mundo, a alma que sentimos na forma de corpo que levamos», escreveu o autor de *Mau Tempo no Canal*.

O escritor explicará, em 1975, que se inspirou em ensaistas espanhóis: «decalquei sobre ‘hispanidad’ e ‘argentinidad’ (Unamuno) o meu açorianidade». O conceito surgiu, segundo o próprio Vitorino Nemésio, como «sintoma linguístico da impulsividade afirmativa dos Açores como etnia e espaço geográfico originais».

‘Açorianidade’ não era, pelo menos no entender de Nemésio, sinónimo de reivindicação nacionalista ou separatista. Significava apenas afirmação de especificidade e de identidade própria do Arquipélago. Em *O Açoriano e os Açores* (1932), Vitorino Nemésio defende que «os Açores são (...) um Por-

---

\* Publicado originalmente no jornal *Público* em Setembro de 1991. Texto revisto e actualizado pelo autor, em Julho de 2016, com vista à publicação na presente edição do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*.

\*\* Escola Superior de Comunicação Social. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

tugal requintado porque receberam dele a forma e o pensamento quando Portugal era uma força em marcha», subscrevendo as teses sustentadas pelo jurista e etnólogo Luís da Silva Ribeiro, na conferência anti-separatista ‘Os Açores de Portugal’, proferida em Angra do Heroísmo, no final da guerra de 1914-18.

Mais de quarenta anos depois, em 1975, a atitude do autor de *Mau Tempo no Canal* modificou-se. Duas obras atestam a segunda fase do pensamento de Nemésio acerca dos Açores: o livro de poesia *Sapateia Açoriana* e o opúsculo de intervenção política *Açores – Actualidade e Destinos* (colectânea de textos originalmente publicados no *Jornal Novo*). Os poemas constituem uma espécie de narrativa de referência do emancipalismo açoriano (por exemplo, «Corsários à vista» ou a evocação de José Bruno Carreiro). Nos artigos, Nemésio demarca-se da obra de Luís Ribeiro, considerando-a ‘naturalmente desactualizada no modo de tratar a relação Açoriano/Português’.

O escritor não identificava, explicitamente, a solução que teria a sua preferência para o futuro das ilhas, mas registava que, «seja qual for a configuração de direito público que o povo dos Açores venha a tomar nesta hora bem trágica da vida portuguesa, a verdade é que ele assume impetuosamente o seu destino». Resulta evidente, no entanto, que Nemésio aceita a ideia de independência num quadro federal: «Já se chegou a falar de Estado federado, que um alto responsável declarou ‘imaturado’. Ora o que é imaturado significa também que pode vir a amadurecer...» (1975).

Passados os anos revolucionários de 1974-75, Vitorino Nemésio reconhece que a nova Constituição «não é hostil às aspirações autonomistas» e retoma a perspectiva moderada: «O nosso drama de ilhéus (...) é assistir impotentes à teimosia ou cegueira metropolitana perante reivindicações seculares de *self-government* da variedade de portugueses que os açorianos são...» (1976).

## 2. AUTONOMIA

Conceito de síntese, aponta para uma solução intermédia, situada entre as tendências integracionistas e centralizadoras e a reivindicação da independência. Terá a sua primeira tradução legal no decreto de 2 de Março de 1895, promulgado pelo primeiro-ministro Hintze Ribeiro (ele próprio açoriano de S. Miguel) e pelo ministro do Interior, João Franco, durante um interregno parlamentar.

O decreto Hintze-Franco concedia, aos distritos insulares que o requeressem, um regime de descentralização administrativa, baseado na manutenção das Juntas Gerais (entretanto extintas no Continente), às quais era concedido o produto das contribuições directas e dos respectivos adicionais, a fim de exercerem atribuições até então reservadas ao poder central. O decreto-lei entrou em vigor nos distritos de Ponta Delgada e de Angra de Heroísmo, mas a Horta nunca pediu a sua aplicação, por considerar que não dispunha de recursos humanos e financeiros para apostar na descentralização.

O decreto da autonomia administrativa de 1895 representou uma conquista – e não uma concessão –, obtida a contra-corrente da forte tendência centralizadora que se corporizou no Código Administrativo de 1895. O diploma legislativo de 2 de Março veio coroar uma série de movimentos reivindicativos, especialmente fortes na ilha de S. Miguel. A proposta de lei do monopólio do álcool, estabelecido em benefício das fábricas do norte de Portugal, ajudou a desencadear no início da década de 90, um amplo movimento autonomista, liderado, em Ponta Delgada, por Aristides Moreira da Mota, Mont’Alverne de Sequeira e Caetano de Andrade, entre outras figuras da vida política e intelectual açoriana. O jornal *Autonomia dos Açores* foi, a partir de 1893, o órgão oficial do movimento. Nas legislativas de 1894, a lista autonomista micalense – composta por progressistas e independentes, além de alguns regeneradores (dissidentes) e republicanos (embora o Partido Republicano tenha apresentado lista própria liderada por Teófilo Braga) – ganhou as eleições contra os candidatos propostos pelo partido de governo (regenerador).

O segundo grande marco será determinado pelo reconhecimento na Constituição de 1976 das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. No regime jurídico estabelecido após a Revolução do 25 de Abril, existe um governo central do Arquipélago, ao contrário do que sucedia ao tempo do decreto-lei Hintze-Franco, que mantinha a divisão em três distritos. A autonomia de 1976 não é apenas administrativa, mas política – ou seja, baseada em órgãos de governo próprio da região, dotados de competência legislativa: a Assembleia e o Governo regionais. Independentemente do juízo que se possa fazer acerca da sua personalidade e acção política, o nome de Mota Amaral ficará na história como o fundador do regime de autonomia político-administrativa dos Açores.

Tal como a primeira, a segunda autonomia não foi outorgada pelo poder central, mas conquistada pelos açorianos. A evolução pró-comunista em

Lisboa, nos anos de 1974-75 desencadeou movimentos políticos de rejeição nas ilhas. Sem os governos de Vasco Gonçalves em Lisboa e o movimento separatista de 1974-1975 – conservador, reaccionário e, por vezes, violento –, os Açores não teriam logrado obter um regime de autonomia político-administrativa tão amplo como o que foi consagrado na Constituição de 1976. A autonomia foi aceite pelo País napoleónico a fim de conter a «descolonização da direita», conforme lhe chamou, ironicamente, o senador norte-americano George McGovern.

### 3. BASE

Quando se fala de base, a propósito dos Açores, pensa-se nas Lajes, símbolo do valor estratégico dos Açores, mas poucos saberão que os americanos dispuseram, pela primeira vez de facilidades na Região durante a Primeira Guerra Mundial.

Os Estados Unidos estabeleceram uma base naval em 1918 em Ponta Delgada, após bombardeamento da cidade, por um submarino alemão (Julho de 1917). A Imprensa de emigração da Nova Inglaterra e da Califórnia reflectia, nessa época, a existência de uma corrente defensora de um movimento pró-americano no Arquipélago. Principal argumento: a incapacidade revelada por Portugal para assegurar a defesa das ilhas.

No final da Primeira Guerra Mundial, os americanos fizeram as malas e regressaram a casa, desactivando a base. Diferente foi o destino das Lajes após o conflito mundial de 1939-45. Os ingleses e os americanos instalaram-se nos Açores quando os ventos de guerra começaram a soprar a favor dos aliados e Salazar verificou que não tinha condições para continuar a resistir às pressões conjugadas de Londres e Washington. No final da guerra, os ingleses regressaram a casa, mas as instalações militares norte-americanas do Arquipélago continuaram a ser utilizadas quer na perspectiva do controle aero-naval do Atlântico Norte, quer como ponto de apoio a intervenções militares em África e no Médio Oriente.

Os norte-americanos não encaravam os Açores apenas como parte integrante dos esquemas militares da NATO. Consideravam-nos como prolongamento do seu próprio sistema defensivo. Na perspectiva de Washington, o Arquipélago açoriano está para o Atlântico como Hawai para Pacífico.

«O controlo dos Açores é, pelo menos, tão importante para a nossa defesa e para os nossos interesses de nação marítima como o controlo do Hawaii», escreveu Walter Lipman, no *Washington Post*, durante a Segunda Guerra Mundial. Para os Estados Unidos, os Açores eram mais importantes, sob o ponto de vista da situação estratégica, do que Portugal continental ou a Madeira.

Nos cenários de intervenção europeus (conflito Leste-Oeste), os Estados Unidos possuíam rotas alternativas aos Açores, com trânsito pelo Norte da Europa. Por outro lado, o fim dos regimes de ‘democracia popular’ no Leste veio tornar improváveis as hipóteses de intervenção militar na Europa, mas a guerra com o Iraque acentuou de novo a importância do Arquipélago em caso de conflitos no Médio Oriente ou no Golfo Pérsico.

O valor estratégico dos Açores foi utilizado por Portugal como moeda de troca para apoios à prossecução das guerras coloniais em África, antes do 25 de Abril, e para a obtenção de contrapartidas financeiras, após o estabelecimento da democracia. Por sua vez, o poder regional açoriano reivindica, nos termos da Constituição, a participação nas negociações e uma quota-parte das contrapartidas económicas.

A presença americana na ilha Terceira é enquadrada por um tratado bilateral entre Portugal e os Estados Unidos. Quando a utilização das Lajes se verifique fora do âmbito da NATO – caso das guerras do Yon Kippour e do Golfo – os norte-americanos necessitam de obter o prévia consentimento do Governo português, embora em Washington o pedido de autorização seja, geralmente, entendido «como uma mero pró-forma»<sup>1</sup>.

#### 4. BASTARDIA

«Nunca poderemos amar aqueles que nos desprezam. Querem a nossa dedicação e o nosso afecto? Tratem de o merecer. Se a mãe pátria nos quiser filhos bastardos, que será feito da sua honra?» Estas palavras foram publicadas, na segunda metade do século XIX, no jornal *A Independência*, que se editava em Angra do Heroísmo.

Ao desprezo da «mãe pátria», traduzido num vasto rol de queixas e reivindicações, contrapunha parte da opinião açoriana a imagem doirada dos Esta-

---

<sup>1</sup> José Medeiros Ferreira, *Posição de Portugal no Mundo*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

dos Unidos da América, então potência emergente, no plano internacional. Em situações de crise social ou catástrofes naturais, a ajuda norte-americana contrastava – segundo a Imprensa açoriana da época – com o alheamento de Lisboa. «Tivemos fome e enquanto recebíamos esmolas dos Estados Unidos, de Lisboa veio-nos um navio carregado de milho para ser vendido ao melhor preço do mercado» – afirmava o governador civil da Horta, Santa Rita, num relatório divulgado em 1870. Enquanto se notava um «esfriamento com a mãe pátria», prosseguia o governador, «o contacto em que esta população se acha com os Estados Unidos, em consequência da nova emigração para aquele País, e do número considerável de indivíduos que embarcam nos navios baleiros daquela nação, e de outras diversas relações, tem insinuado lentamente a crença de que os Açores seriam mais felizes se formassem um Estado daquela confederação».

O sentimento de bastardia face à «Metrópole» – como se dizia na linguagem da época – era sempre invocado como fundamento principal da rebeldia açoriana, quer se tratasse de reivindicar a «emancipação provincial» (formulação precursora da autonomia administrativa), quer se preconizasse a «independência sob protectorado de nação amiga».

## 5. CONSCIÊNCIA REGIONAL

O «sentimento do patriotismo» é «muito pouco visível», «pode mesmo dizer-se que não existe em classe alguma», escrevia, em 1884, a propósito da ilha de S. Miguel, Arruda Furtado, autor de estudos antropológicos e correspondente de Darwin. Já no século XX, outro estudioso local de temas de etnográficos, Luís da Silva Ribeiro, sustentará que «o açoriano não tem noção precisa, nem mesmo pode ter uma forte intuição da nacionalidade». Ele «sabe que é português, que faz parte de um país que se chama Portugal, mas não sabe bem o que isso seja, porque, em regra, só conhece a ilha em que nasceu e as que dela se avistam».

Principal oponente, a nível do Arquipélago, aos movimentos centrífugos que se registaram por ocasião da Primeira Guerra Mundial, Luís Ribeiro considerava que nos Açores o patriotismo se exprimia, sobretudo, ao nível da Ilha: «Se o patriotismo ilhéu se não estende a toda a nação a que pertence, é

porque a sua ignorância e o isolamento insular lho não permitem. Ninguém ama aquilo que não conhece».

À ausência de uma «consciência nacional portuguesa» correspondia a inexistência de uma «consciência regional açoriana», o que dificultava a acção dos separatistas. A «consciência de ilha» era mais forte do que a de arquipélago. Antero de Quental escreveria, na carta autobiográfica a Wilhelm Stork: «esta ilha que é a minha Pátria». Em momentos cruciais da história dos Açores – por exemplo, durante o período filipino – as ilhas tratavam entre si como potências. Eugénio Pacheco sintetizaria esta ideia, ao escrever que «a Ilha é quase a categoria dum Estado *sui generis*», numa série de artigos subordinados ao título, ele próprio elucidativo, «Como havemos de fundar a Pátria micaelense».

Ao longo do século XX, a situação tenderá a transformar-se, com o aumento das comunicações, não só entre o Continente português e o arquipélago, mas também entre as ilhas. O poder regional, instaurado a partir de 1976, utilizou abundantemente a televisão (a RTP só foi instalada nos Açores em 1975) para fazer a apologia da «unidade açoriana», mas as dissensões interinsulares permanecem, interferindo com frequência na tomada de decisões políticas, à semelhança do que sucede em outros arquipélagos.

## 6. CONTINENTE

Os Açores fazem parte do Continente europeu? De vez em quando o tema ressurge, por razões que têm mais a ver com a política do que com a geografia. Bem recentemente, o deputado europeu Cunha de Oliveira (PS) chamou a atenção para a ausência do Arquipélago em mapas «oficiosos» da Europa (tratava-se de uma edição do Conselho da Europa), enquanto o então subsecretário regional da cooperação externa do Governo Regional dos Açores, Lalandia Gonçalves, esclarecia que os mapas distinguiam «as ilhas adjacentes ao continente europeu» de outras «muito afastadas da Europa, como é o caso dos Açores, da Madeira e das Canárias ou das ilhas francesas do Pacífico, do Indico ou das Caraíbas» (*Açoriano Oriental*, 1991).

A questão de saber a que Continente pertencem os Açores não é de hoje. No século passado, o separatista liberal João Soares d'Albergaria de Sousa chamou-lhes «Ilhas da América», influenciado pelo tropismo político norte-americano, enquanto os geógrafos M. D'Azevac e Oscar MacCarthy inclui-

ram o Arquipélago açoriano no seu tratado sobre as «Ilhas de África» (1848), pela razão (insuficiente) de serem «um arquipélago análogo na situação, aspecto, origem, aos da Madeira, Canárias e Cabo Verde», a que estão ligados pela lenda da Atlântica e pela história dos Descobrimentos.

No princípio do século XX, a questão assumiu relevância política bastante para merecer a atenção da Sociedade de Geografia de Lisboa, num relatório intitulado «Os Açores – a que parte do mundo devem pertencer?» (1902). A análise conclui que «o Arquipélago açoriano pertence à Europa de preferência à África e, muito principalmente, à América», embora ressaltando que, sob o ponto de vista morfológico, os Açores – «pontos exundados» duma «espinha dorsal sub-atlântica» – não podem «fazer parte nem da América, nem da África, nem mesmo da Europa».

Praticamente hibernada ao longo do século, a polémica ressurgiu, no final dos anos 70, com a reivindicação da «africanidade» do Arquipélago, por representantes de países como a Líbia, a Argélia e o Zimbábwe.

## 7. ESTRANGEIROS

As famílias estrangeiras que se fixaram em S. Miguel, na Terceira ou no Faial, a partir do século XVII, com actividades ligadas à navegação, ao comércio e à diplomacia, vão desempenhar um papel incentivador das tendências centrífugas em relação à soberania portuguesa no Arquipélago.

De entre todos, mencione-se o caso paradigmático da família Dabney, oriunda de Massachussets, que assegurou, na cidade da Horta, a representação diplomática dos Estados Unidos no Arquipélago, de 1806 a 1892. Principal potentado económico dos Açores até ao final do século passado, tendo como actividade económica fundamental a de armadores e agentes de navegação, os Dabney perspectivavam o futuro do Arquipélago na dependência dos Estados Unidos: «Charles William Dabney (segundo cônsul americano no Arquipélago) sempre previu que as Ilhas de Sandwich (assim se chamava então Hawai) seriam anexadas pelos Estados Unidos, e mais cedo ou mais tarde, muito provavelmente, também os Açores». Esta informação, fornecida por Roxana Dabney, reporta-se ao ano de 1868 e consta dos *Annals of the Dabney Family in Fayal*.



## 8. FORD

O presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, admitiu a hipótese de apoiar a independência dos Açores, em 1975, chegando mesmo a consultar aliados europeus a esse respeito, revelou Helmut Schmidt, ex-chanceler social-democrata da República Federal da Alemanha, num livro de memórias publicado em 1987<sup>2</sup>. Schmidt reproduz o diálogo que manteve com Ford e Kissinger, em Bruxelas, a 29 de Maio de 1975, incluindo a política relativa a Portugal entre as «ligeiras divergências» surgidas, nessa época, entre a Alemanha Federal e os Estados Unidos.

Em resposta a uma pergunta de Ford, o chanceler Schmidt pronunciou-se contra o apoio a uma declaração unilateral de independência dos Açores, a menos que a situação se degradasse em Portugal. A ajuizar pela conversa de Bruxelas, a avaliação da conjuntura portuguesa pela RFA era menos catastrofista do que a de Ford e Kissinger. Vale a pena transcrever, na íntegra, o diálogo tripartido:

«Kissinger: (...) Nós não queremos apoiar movimentos incontrolláveis... Os últimos acontecimentos em Portugal desequilibraram as relações de força em benefício dos oficiais de tendência comunista.

Schmidt: Não é possível ainda fazer um juízo definitivo acerca dessa situação. Portugal atravessa uma crise económica; no plano económico encontra-se numa situação desesperada. Mesmo Mário Soares, que me parece ser um homem corajoso, dificilmente poderia resolvê-la (...). Os comunistas estão bem organizados, mas no plano económico, ficariam totalmente dependentes da ajuda soviética. Não creio que a União Soviética esteja na disposição de assegurar uma ajuda económica a Portugal a longo prazo.

Kissinger: Os conflitos públicos entre os comunistas e os socialistas têm, pelo menos, a vantagem de não despertar a ideia da “frente popular”.

Ford: Que podem fazer actualmente os Estados Unidos a fim de contribuir de forma útil para o desenvolvimento da situação?

Schmidt: Impedir uma ingerência oficial da União Soviética em Portugal. É verdade que, até agora, Moscovo se tem mostrado prudente, preferindo enviar, primeiro, a Roménia ou a RDA.

---

<sup>2</sup> Helmut Schmidt, *Des Puissances et des Hommes* (trad. francesa), Plon, Paris, 1989.

Kissinger: Exacto. Mas para a Aliança uma espécie de comunismo romeno ou jugoslavo teria também consequências perigosas.

Ford: Como reagiriam os europeus se os Açores se separassem de Portugal e proclamassem a sua independência?

Schmidt: Os aparelhos de propaganda da Europa do Leste apresentariam essa declaração de independência como o resultado de uma ingerência americana. Em contrapartida, a Europa ocidental aceitaria a independência dos Açores se a situação se tornasse insustentável em Lisboa. Não é esse, presentemente, o caso. É por isso que, aos olhos da Europa ocidental, uma declaração de independência dos Açores não se justificaria neste momento.»

## 9. IBERISMO

A acentuação do tropismo norte-americano terá sido o principal efeito açoriano dos movimentos iberistas no Continente, designadamente por altura de 1868, quando surgiu a hipótese de resolver as dificuldades sucessórias em Espanha através da «união pessoal», que se poderia ter efectivado através de D. Luís ou de seu pai, D. Fernando de Coburgo.

Na década de sessenta do século XIX, as hipóteses de União Ibérica provocaram acalorado debate na Imprensa insular. A avaliar pelos jornais da época, a adesão ao «iberismo» seria reduzida. As notícias ou boatos acerca da eventual união de Portugal e Espanha serviam aos ideólogos separatistas para legitimar o desejado protectorado de um país anglo-saxónico. Até no *Jornal de Comércio*, em plena capital do Império, o médico Teófilo Ferreira, natural da ilha das Flores, sugeria que os Açores pedissem a adesão à Confederação Norte-Americana, a exemplo do que sucedera com... a Flórida, a Louisiana e o Texas.

As tendências iberistas em Lisboa ou em Madrid serviam de argumento às correntes separatistas açóricas. Caso Portugal se dissolvesse num Estado peninsular mais vasto – argumentavam os separatistas – os açorianos ficavam livres para se associarem, sob a forma de protectorado, a uma nação mais poderosa. «Vendo-se abandonados e não podendo sustentar-se como República, preferirão lançar-se nos braços dum país amigo a deixarem-se subjugar pela Espanha, França, Inglaterra ou Prússia», escrevia um articulista de

*A Persuasão*, jornal dirigido por Francisco Maria Supico. O país amigo era, em regra, a «grande República americana». Mas também havia partidários da «solução britânica»...

## 10. INTELECTUAIS

Os intelectuais açorianos mostraram-se, por via de regra, sensíveis à afirmação da identidade própria do Arquipélago, mas também desempenharam uma função correctora do tropismo separatista e pró-americano.

Antero de Quental e Vitorino Nemésio, dois grandes escritores açorianos, encararam a questão insular de modo diferente. Enquanto Antero manifestava frontal discordância face a projectos de mudança de soberania, Nemésio mostrou uma atitude compreensiva em relação aos movimentos separatistas que se desenvolveram nas ilhas a partir de 1974-1975.

As cartas de Antero de Quental a amigos continentais e insulares revelavam a sua perplexidade em face do modo como se defendia, em S. Miguel, a anexação britânica ou norte-americana. A polémica entre os defensores do protectorado americano e do protectorado inglês motivará a célebre carta de Antero a Oliveira Martins, dando conta da sua tristeza pela forma como os seus conterrâneos encaravam o destino do Arquipélago.

Intelectuais pertencentes às elites regionais, como Garcia Monteiro, José de Lacerda ou Luís da Silva Ribeiro assumiram posições de combate ao separatismo. Os argumentos invocados contra a independência do Arquipélago relacionavam-se com «formação histórica do povo açoriano» ou com a inviabilidade económica de um minúsculo Estado açoriano, que teria necessariamente de cair noutras dependências mais gravosas do que a portuguesa.

De entre as personalidades regionais, permito-me salientar o caso singular de Eugénio Vaz Pacheco de Canto e Castro, figura destacada do último quartel do século XIX. Reitor do Liceu de Ponta Delgada, articulista da imprensa regional, Eugénio Pacheco, republicano e autonomista, será o único a equacionar, em editoriais do jornal que dirigia, as eventuais consequências do separatismo a nível do equilíbrio de forças sociais no Arquipélago:

«Sob o ponto de vista do governo interno pode dizer-se que a nossa situação não é mais favorável ao separatismo.

A propriedade acumulada em poucas mãos dá aos homens que a possuem um poderio e uma força tais que o seu governo converter-se-ia para logo numa pura oligarquia. Que leis haveria capazes de os dominar, se os exemplos caseiros nos estão mostrando até onde chega a sua audácia? Quem ousaria chamá-los à ordem no cumprimento das obrigações?

Que força poderia, em suma, ser invocada para de pronto restabelecer o equilíbrio da nossa administração interna, quando se desse uma colisão de interesses?» (semanário *O preto no branco*, 1896).

## 11. NACIONALISMO

O separatismo açoriano será apenas uma tática de dirigentes locais para obter dos governo de Lisboa a satisfação das reivindicações insulares? Terá sido um fenómeno conjuntural dos anos de 1974-1975, destinado a ameaçar o revolucionarismo português com o fantasma de uma Formosa atlântica, conservadora e pró-americana?

Por outras palavras: existe apenas «separatismo açoriano»? Ou será legítimo aludir, também, a um «nacionalismo» açoriano? Ou será esta questão irrelevante? Poderá o ‘separatismo’ anteceder o nacionalismo, tal como, por vezes, historicamente, o Estado precedeu a nação?

A questão remete, afinal, para a pergunta clássica: o que é a nação, o que é o sentimento nacional? Em rigor, não existe, pronta a servir, resposta cabal e satisfatória. O «facto nacional» coloca-nos sempre perante uma tarefa complexa: «a tentativa racional de pensar um irracional» (Jean-Jacques Guichard).

Se adoptarmos o conceito contratualista de nação, herdado da Revolução francesa, baseado na vontade dos cidadãos, não temos que exigir fundamentações antropológicas da nacionalidade, derivadas do sangue, da raça ou da «alma popular». Nesse sentido, não basta dizer que existe contiguidade antropológica e cultural entre Portugal continental e os Açores para concluir pela inexistência de nacionalismo açoriano, porque o principal elemento aferidor da existência da nacionalidade é a vontade dos cidadãos – ou seja, na fórmula de Renan, mil vezes repetida, a nação é o «plebiscito de todos os dias».

Na perspectiva contratualista, os Açores são Portugal em consequência de uma opção, livremente assumida, que se materializa na existência de órgãos de governo próprios legitimados através de eleições livres. Não faz sentido defender a «portugalidade» dos Açores brandindo o Código Penal.

## 12. OPINIÃO PÚBLICA

As lutas pela emancipação dos Açores passaram sempre pela cuidado posto em transmitir uma imagem positiva do Arquipélago à opinião pública portuguesa. Os autonomistas de 1895 dedicaram especial atenção à sensibilização dos intelectuais continentais para a causa açoriana. A «Biblioteca da Autonomia dos Açores», pequena colecção de livros e opúsculos, editada, em Ponta Delgada, na última década do século XIX, contém contributos de figuras relevantes da intelectualidade portuguesa dessa época, como sejam as compilações de artigos publicados no *Comércio do Porto* por Bento Carqueja (*Os Açores – Notas Instântaneas*, 1894), ou no *Diário de Notícias* por Manuel Emydio da Silva (*S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas*).

A elite regional colocava entre as suas prioridades a projecção do Arquipélago a nível nacional. Eugénio Pacheco, escrevendo no princípio do século, acentuava a importância da «propaganda no Continente Português (...) a favor da nossa Ilha e de todos os seus elementos de Riqueza Natural, com o fim de se atrair aqui uma População culta que estimule a Civilização Local» (*O Localista*, 1902). Mas a grande manifestação dessa vontade de conquistar a opinião pública continental para a «causa açoriana» será a «missão dos intelectuais» que se deslocou aos Açores em 1924, a convite do *Correio dos Açores*, então dirigido por José Bruno Carreiro, biógrafo de Antero e figura prestigiada do meio político e cultural de Ponta Delgada. Entre as personalidades que se deslocaram aos Açores contavam-se Leite de Vasconcelos, Teixeira Lopes e os jornalistas Joaquim Manso, Oldemiro César e Armando Boaventura.

No regresso ao Continente – dirá José Bruno – «*esses homens serão preciosos agentes de propaganda das nossas ilhas...*». E, com efeito, alguns desses escritores ou jornalistas publicaram artigos e livros sobre a viagem, com destaque para o *Mês de Sonho*, do etnólogo Leite de Vasconcelos. No entanto, a grande obra literária sobre o Arquipélago foi escrita por um viajante solitário que se cruzou com a expedição organizada pelo *Correio*, sem dela fazer parte: *As Ilhas Desconhecidas*, de Raul Brandão.

O 25 de Abril de 1974 fez pelos Açores, a nível da opinião pública nacional, o que nenhuma embaixada cultural poderia conseguir. O arquipélago assumiu, desde então, o papel de actor político com voz própria nos grandes debates nacionais. Consumada a descolonização, os Açores tornaram-se ponto de referência decisivo para a própria definição de território nacional.

Ao contrário do que sucedeu nas lutas autonómicas de 1892-95 e do princípio do nosso século, a autonomia político-administrativa, consagrada na Constituição, construiu-se através de um discurso de hostilidade ao Continente português, nessa época identificado com a esquerda comunista e socialista. Fortemente apoiados pela direita continental, apresentados como pequenos paraísos atlânticos da social-democracia, os Açores, tal como a Madeira, tiveram boa Imprensa, a nível nacional, entre 1976 e 1980. As correntes conservadoras continentais mostravam-se hiper-açorianas, enquanto o poder regional jogava a opinião pública interna contra o governo de Lisboa, com êxito assegurado, dada a fragilidade dos equilíbrios políticos que sustentavam os executivos minoritários e presidenciais no final dos anos 70.

Seria sol de pouca dura. A imagem do Arquipélago na opinião pública continental começou a deteriorar-se quando o partido de governo na região autónoma passou, no início da década de 80, a partido de governo central. Os governos de maioria – AD e do Bloco Central – eram suficientemente sólidos para se imporem aos executivos regionais, tornando, a pouco e pouco, inoperativas as táticas reivindicativas anteriormente bem sucedidas.

A partir de então, verificou-se que o consenso à volta da autonomia não era tão vasto quanto se pensava. Os reflexos centralizadores de certos «corpos de Estado» vieram ao de cima: burocratas da administração central, em defesa da tradição centralista do Terreiro do Paço; tecnocratas e economistas, em nome da racionalidade económica; estrategistas e especialistas de defesa, em prol da Pátria «una e indivisível» (ou o que dela restava). O debate dos défices orçamentais da região transformou-se no momento privilegiado de ataque ao regime autonómico.

Se a esquerda sempre associara, desde os anos de 1974-75, a autonomia ao conservadorismo político e social, a direita, essa, restaurada a sua hegemonia em Lisboa, já não precisava de adular os Açores: o conflito em torno dos símbolos regionais, conhecido por «guerra das bandeiras», ocorrido em 1986, trouxe à luz do dia o mal-estar latente entre a «Mãe-pátria» e as ilhas.

### 13. ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA

A tese da «africanidade» dos Açores carece de qualquer fundamento, face às características da população açoriana, à forma como se processou o

povoamento das ilhas e à própria situação geográfica do Arquipélago, ao Norte de regiões europeias como o Algarve, a Andaluzia, a Sicília ou Creta.

A afirmação da suposta «africanidade» dos Açores e da Madeira, no quadro da Organização de Unidade Africana, no final dos anos 70, não passou de uma proposta da autoria de governantes africanos, como o presidente líbio Mouamar Kadhafí (Fevereiro de 1978), o então ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, Abdelazzis Bouteflika (Julho de 1978).

A defesa da independência dos Açores e da Madeira, considerados colónias portuguesas, surgia por arrastamento de idêntica reivindicação relativa às Canárias. Por sua vez, a atitude da Argélia e da Líbia sobre o arquipélago espanhol relacionava-se com a política espanhola perante a questão do Sara Ocidental, que se caracterizava, nessa altura, pela recusa de reconhecimento da Frente Polisário como uma das partes interessadas na resolução do conflito. Após a alteração da política espanhola para a região, ocorrida em 1979-80, a diplomacia argelina deixou de insistir na questão das Canárias, que se eclipsou da cena internacional.

Os países africanos de expressão portuguesa opuseram-se à internacionalização do debate acerca dos Açores e da Madeira, considerando que os arquipélagos portugueses não se configuravam como situações coloniais, nem pertenciam à África.

Importa anotar que durante o período em que se registou esta tentativa frustrada de internacionalizar o debate, surgiram notícias acerca de uma aproximação entre as correntes separatistas açorianas e países como a Líbia e Malta. O então presidente da Frente de Libertação dos Açores, José de Almeida, em conferências proferidas nos Açores e na Madeira, citou Malta como exemplo neutralista a seguir.

A colagem terceiro-mundista dos movimentos separatistas açorianos prendia-se com o isolamento a que foram votados após a institucionalização da democracia em Portugal. Os apoios políticos e financeiros que os separatistas açorianos obtiveram, na América do Norte, durante os governos de Vasco Gonçalves, junto de círculos políticos conservadores e dos emigrantes açorianos, cessaram à medida que se foi desvanecendo a hipótese de uma viragem pró-comunista em Portugal continental. Os apoios terceiro-mundistas surgiram como uma solução substitutiva dos apoios norte-americanos, aliança que cedo se revelou negativa em face da dominante conservadora da opinião pública açoriana.

#### 14. PROTECTORADO

Durante o século XIX, a independência dos Açores era sempre apresentada, pensada, planificada sob a forma de «protectorado» – figura jurídica frequente no direito internacional da época – do Império britânico ou da potência emergente no Novo Mundo: os Estados Unidos da América. À medida que se aproximava o fim do século, aumentava a sedução norte-americana, reforçada pelos laços criados pela emigração da Nova Inglaterra e da Califórnia. A função substitutiva do colonialismo espanhol que a potência americana começava a desempenhar na América Central e na América do Sul estimulava os sonhos incipientes do separatismo insular. Sinal disso era a atenção com que a Imprensa açoriana seguiu a primeira e a segunda guerras de Cuba...

#### 15. ROOSEVELT, FRANKLIN DELANO

Nenhum chefe de Estado estrangeiro ficará tão ligado à história dos Açores no século XX como Franklin D. Roosevelt.

Por detrás da sua secretária, na casa de campo de Hyde Park (hoje Biblioteca Roosevelt), nos arredores de Nova Iorque, está uma pintura a óleo do porto de Ponta Delgada, vendo-se o navio de guerra que transportou à Europa, em 1918, o jovem F. D. Roosevelt, então subsecretário de Estado da Marinha.

Roosevelt descreveu, com minúcia, no seu diário, as impressões de viagem relativas às ilhas do Faial e de S. Miguel. Em discurso proferido em Ponta Delgada, sublinhou que julgava as «facilidades» concedidas nos Açores mais importantes, sob o ponto de vista estratégico do que a participação do Exército português na frente europeia: «Portugal entrou na aliança europeia, mas os Açores fazem mais do que isso pelas condições especiais da sua posição estratégica».

Será contudo na Segunda Guerra Mundial que a intervenção política de F. D. Roosevelt em relação aos Açores assumirá importância histórica, ao proferir, em Maio de 1941, o célebre discurso que continha, implícita, a ameaça de ocupação dos Açores e Cabo Verde, classificados como «guardas avançadas do hemisfério ocidental». A coacção diplomática desencadeada, a partir de então, pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, acabaria por forçar Salazar a ceder, aceitando a instalação da bases militares aliadas em Santa Maria e na Terceira.



## 16. SEPARATISMO

A palavra não é neutra: pertence à retórica do poder central. Serve para apontar os desvios centrífugos. O conceito de separatismo é pobre: define-se pela negativa. Na prática, ninguém se reconhece nele. Serve para marcar o estatuto de autoridade de quem fabrica o discurso do poder, votando à marginalidade atitudes de rebeldia periférica.

É antiga a preocupação dos Governos de Lisboa com uma eventual separação dos Açores. Um exemplo avulso consta do livro escrito pelo jesuíta António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Ocidental*, editado no ano da graça de 1717.

Cordeiro aconselhava o Rei de Portugal a evitar o sistema de governo centralizado nos Açores, porque, entre outros motivos, «se houver um só Capitão General, ou Geral Governador, e Vice-Rei das Ilhas, e especialmente na mais forte Terceira, este (como homem) poderá tentar-se alguma hora em se levantar com tais ilhas debaixo da protecção de alguma nação estrangeira, que o faça delas Rei feudatário...».

A tentação já era previsível no século XVII: o rei de Portugal que se acautelasse. O separatismo açoriano, ao longo da história contemporânea do Arquipélago, foi utilizado, principalmente, como instrumento ou meio de pressão sobre os governos de Lisboa, em período de instabilidade política ou de fragilidade do Estado. E funcionou como arma de dois gumes: garantiu, por um lado, o sucesso de reivindicações legítimas para o desenvolvimento e modernização das sociedades insulares, mas, por outro lado, introduziu o mal-estar e a desconfiança recíproca nas relações entre Lisboa e os Açores...

## BIBLIOGRAFIA

Para uso dos leitores que desejem aprofundar as questões da autonomia e separatismo nos Açores, aqui se deixa uma brevíssima (e, por isso mesmo, insuficiente) sugestão bibliográfica (livros, opúsculos e artigos) relativa a obras publicadas nos séculos XIX e XX.

AFONSO, João

*Açores em novos papéis velhos*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Cultura, 1980 (especialmente o capítulo “Dos ‘Anais da Família Dabney’ para a História dos Açores”).

- ALMEIDA, Onésimo Teotónio de  
*Açores, Açorianos, Açorianidade*, Ponta Delgada, Signo, 1989.
- AMARAL, João Bosco da Mota  
*O Desafio Insular*, Signo, Ponta Delgada, 1990.
- CARREIRO, José Bruno  
«A Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes», Ponta Delgada, separata da *Insulana*, n.ºs 1 e 2 do vol. VIII, 1952.
- CORDEIRO, Carlos  
«Liberalismo e descentralização. A intervenção de Aristides Moreira da Mota», in *Atlântida – Ciências Sociais*, vol. I, I.A.C., Angra do Heroísmo, 1987.
- COSTA, Francisco Carreiro da  
*Esboço histórico dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1978.
- COUTINHO, António Borges, *et al.*  
*Que futuro para os Açores?*, Lisboa, Caminho, 1978.
- ENES, José  
*O 25 de Abril e a autonomia dos Açores*, Ponta Delgado, 1984.
- FARIA E MAIA, Francisco Machado  
*Em prol da descentralização*, Ponta Delgada, 1932.  
*Novas Páginas de História Micaelense*, Ponta Delgada, Tip. Insular, 1948.
- FERREIRA, Eduardo Paz  
*As Finanças Regionais*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985 (especialmente o primeiro capítulo da parte II – «A autonomia numa perspectiva histórica»).
- FERREIRA, José Medeiros  
«Os Açores nas duas guerras mundiais», separata do *Boletim Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, 1987.
- FERREIRA, Manuel  
*Vitorino Nemésio e a Sapateia Açoriana – Loucura ou Traição?*, Ponta Delgada, 1988.

FURTADO, Arruda,

*Materiais para o estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o Povo Micaelense*, Ponta Delgada, Tipografia Popular, 1884.

GOMES, António d'Ávila

*A Independência dos Açores e o seu Fundamento*, Angra do Heroísmo, Tip. Minerva, 1892 (reprodução fac-similada editada em Ponta Delgada, após o 25 de Abril).

JOÃO, Maria Isabel

*Os Açores no século XIX – economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991.

LEITE, José Guilherme Reis

*A autonomia dos Açores na legislação portuguesa – 1982-1947*, Horta, edição da Assembleia Regional dos Açores, 1987.

*Sobre a autonomia dos Açores*, Signo, Ponta Delgada, 1990.

MESQUITA, Mário

*A Regra da Instabilidade*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987 (a «questão açoriana» é tratada no cap. intitulado «A Dimensão Atlântica»).

*A escala de Roosevelt nos Açores durante a 1.ª Guerra Mundial*, separata do *Boletim Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, 1986.

MONJARDINO, Álvaro

*Os Açores no mundo de hoje*, Dartmouth, Southeastern Massachusetts University, 1980.

NEMÉSIO, Vitorino

*Sob o signo de agora*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

*Açores, situação e destinos*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1975.

RIBEIRO, Luís da Silva

«Os Açores de Portugal», Angra do Heroísmo, 1919 (in *Obras II (História)*, Angra do Heroísmo, 1983).

«Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade», Angra do Heroísmo, 1964 (in *Luís da Silva Ribeiro – Obras II (História)*, Angra do Heroísmo, 1983).

SEQUEIRA, Montalverne de

*Questões açorianas I – O Monopólio do Alcool*, Ponta Delgada, 1891;

*Questões açorianas II – A Emigração dos Açores*, Ponta Delgada, 1891;

*Questões açorianas III – De como temos sido burlados*, Ponta Delgada, 1892;

*Questões açorianas IV – Autonomia Administrativa dos Açores*, Ponta Delgada, 1894.

SILVEIRA, Pedro

*Antologia de Poesia Açoriana – do século XVIII a 1975*, Lisboa, Sá da Costa, 1977

(as questões da autonomia e do separatismo são abordadas no prefácio).